

## SÍNTESE DOS TRABALHOS

### **GT 05 - Conflitos socioambientais, dinâmicas espaciais e as instituições e políticas do desenvolvimento territorial**

Mireya E. Valencia Perafán – UnB/RETE  
Arlson Favareto – UFABC/CEBRAP

#### **Introdução**

Nos últimos anos houve uma ascensão do discurso sobre desenvolvimento sustentável e sua aplicação à escala territorial – cidades sustentáveis, territórios sustentáveis, objetivos do desenvolvimento sustentável em escala planetária. Em boa parte destas narrativas os processos de desenvolvimento e o qualificativo sustentável são tomados como um ideal normativo, um estado a ser alcançado. O papel da pesquisa em tal contexto consiste justamente em evidenciar o quão próximo ou distante se está deste ideal normativo e a identificação de quais são os processos por meio dos quais os territórios estruturam, vivenciam ou equacionam seus conflitos econômicos, sociais, ambientais e políticos. O GT Conflitos socioambientais, dinâmicas espaciais e as instituições e políticas do desenvolvimento territorial tem, nesses marcos, quatro objetivos:

- a) Identificar as tendências, os conflitos e as contradições que emergem dos processos sociais concretos de apropriação, uso e organização do espaço nos marcos do capitalismo contemporâneo, com especial atenção para os conflitos socioambientais.
- b) Refletir sobre a manifestação territorial destas tendências, conflitos e contradições em escalas distintas, em especial naquilo que diz respeito às novas formas das relações entre o rural e o urbano, e entre os processos multiescalares que vinculam os espaços locais e seus atores com processos e forças sociais extralocais como o comércio internacional, a regulação estatal e os agentes do capital financeiro e agroindustrial;

- c) Analisar a repercussão disto para as instituições e as práticas de planejamento territorial, seja sob a forma de políticas explicitamente territoriais, ou naquilo que diz respeito às demais políticas e programas que buscam formas de espacialização dos seus investimentos ou de gestão, incentivo ou regulação do tecido social e econômico dos territórios rurais.
- d) Como corolário aos objetivos anteriores, identificar desafios teóricos e empíricos relacionados aos estudos rurais, especificamente naquilo que diz respeito a uma renovação das práticas e das pesquisas inspiradas pelo chamado enfoque territorial.

Com o propósito de organizar o debate e reflexão sobre estes temas e questões, e tendo por base os trabalhos submetidos ao GT esta tentativa de síntese está organizada em três sessões. A primeira toma por base os cinco trabalhos que evidenciam, em escalas distintas, **conflitos socioambientais** pelo uso e apropriação desigual dos recursos naturais. A segunda traz considerações a partir de outros quatro trabalhos situados no campo **das alternativas para o desenvolvimento territorial**, envolvendo novas formas de relacionar-se os sistemas sociais com os sistemas naturais. Por fim, o terceiro bloco se apoia nas ideias trazidas por três artigos que apresentam um conjunto mais amplo de temáticas organizadas em torno das **políticas públicas territoriais e regulação**. Ao final de cada seção e nas páginas finais são pontuadas algumas reflexões para o debate.

## **1 – Conflitos socioambientais**

### **1.1 Questão ecoagrária: mudanças climáticas, desmatamento e grilagem verde**

Com o objetivo de formular uma nova questão ecoagrária em seu artigo **questão ecoagrária: mudanças climáticas, desmatamento e grilagem verde**, Sergio Sauer reconhece a importância das medidas de apoio e assistência técnica

definidas pelos organismos internacionais para diminuir as emissões de gases estufa e as altas taxas de desmatamento nos países exportadores de commodities. No entanto, identifica como o problema fundamental a reprodução de relações de dominação (política) e exploração (econômica) onde o “Norte consumidor” determina as regras do “Sul produtor”, reforçando a dependência histórica e a dominação centro-periferia. Particularmente para o caso brasileiro e conforme dados citados pelo autor, além de não alcançar as metas dos ODS 1 (pobreza) e 2 (fome), no Brasil houve retrocesso na promoção de uma agricultura sustentável com o aumento do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, crescendo este último 35% entre janeiro e maio de 2023. Os preços internacionais têm favorecido a expansão da fronteira agrícola junto com a expansão das pastagens e da extensão mineral nos biomas Amazônia e Cerrado. Junto com isso Sauer identifica três fatores que favoreceram a concentração fundiária permitindo a grilagem e a grilagem verde: alteração de marcos legais florestais e fundiários flexibilizando regras e leis levando à expansão da fronteira agrícola, a mercantilização e a privatização da terra e dos bens naturais; agendas verdes como a regularização da Reserva Legal e da vegetação nativa nas propriedades privadas, com base na narrativa da sustentabilidade ou economia verde; a ação feita por grandes fazendeiros de desmatamento e queimadas. Por fim, a formulação de uma nova questão ecoagrária coloca-se no reconhecimento de organizações populares e movimentos sociais no campo que buscam justiça ambiental e soberania alimentar, cobrando dívidas climáticas, exigindo mudanças nas trocas ecológicas desiguais e na acumulação extrativa agrária, praticando a conservação e a Agroecologia, e outros usos sustentáveis da terra.

## **1.2 - 200 anos de (RE) existência: o racismo ambiental vivenciado no quilombo Paratibe (PB)**

A partir de um estudo de caso e levantamento bibliográfico, Renally Evelyn Barros dos Santos, se propõe analisar **o racismo ambiental vivenciado no quilombo Paratibe (PB)**, território com um processo moroso de titulação que favoreceu a

especulação imobiliária e aprofundou a deslegitimação da identidade quilombola frente aos interesses privados. Composta por 114 famílias, a comunidade quilombola Paratibe tornou-se um bairro periférico de João Pessoa. Sua história, datada desde 1855, mostra que ao longo do tempo não houve um processo de atualização da titularidade da terra nem de regularização do território. Esse fenômeno levou à privatização de grandes partes do território Paratibe gerando problemas socioambientais e o desconhecimento pelas empresas privadas e o Estado da população do quilombo e seu vínculo com os recursos naturais do território (mangue, Rio Padre, praias e mata). Esse desconhecimento é o que leva a autora a definir essa situação como um caso de racismo ambiental, o qual, citando Rangel (2016) evidencia que os grupos racializados são mais impactados pelos danos ambientais. Conclui que o termo racismo ambiental aprofunda o conceito de injustiça ambiental onde, além da classe, permite observar a raça e etnia dos grupos que sofrem as injustiças socioambientais.

### **1.3- Sem Território e Sem Água: um olhar da Transposição do Rio São Francisco**

Apresentado como um caso exemplar de desterritorialização, Paulo Romário de Lima, Ramonildes Alves Gomes e Larissa Padilha de Brito, relatam a situação das famílias agricultoras residentes na Vila Lafayette, deslocadas compulsoriamente por causa da construção do Eixo Leste da Transposição do rio São Francisco na cidade de Monteiro-PB. Para os autores essas famílias passaram por um processo de desterritorialização pela descontinuidade da ligação com o território, embora com exercício de luta pela manutenção de uma identidade, e de reterritorialização superando as adversidades impostas com estratégias coletivas de sobrevivência. Trazendo os depoimentos das pessoas entrevistadas na Vila, evidenciam o enraizamento desses indivíduos em seus territórios de origem; as dificuldades no processo de deslocamento para a Vila pela pressa com que a situação foi conduzida; as promessas feitas e a falta de compromisso do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional; a falta de alternativas à Vila; a infraestrutura construída (posto de saúde e parque) sem recursos disponíveis para

sua manutenção e funcionamento. Segundo os depoimentos há famílias mais adaptadas que outras na Vila levando os autores a concluir que o processo de desterritorialização e, sobretudo, de reterritorialização não aconteceu e não acontece de forma homogênea, linear, nem é igual para todos, mesmo porque a situação anterior ao reassentamento já era marcada por diferenciações.

#### **1.4 Imagem verde para o setor canavieiro? A construção de novas ordens de justificação**

O trabalho de Weldja Marques da Silva Lima discute as estratégias de justificação em torno à questão ambiental utilizadas pelo setor sucroalcooleiro do estado de Alagoas. Um ponto destacado pela autora é que as plantações de cana são vistas nas fronteiras de unidades de conservação, áreas de proteção ambiental e de assentamentos e acampamento de luta pela reforma agrária. Exercem uma pressão ecossistêmica, geram assimetrias na apropriação dos recursos territorializados e impulsionam a ocorrência de conflitos entre distintos sujeitos e lógicas de atuação. A pesquisa mostra como o conjunto de práticas estruturadas pelo setor canavieiro opera como um dispositivo de *justificação* frente às críticas de organizações internacionais e movimentos sociais que defendem a preservação do meio ambiente. Embora a crítica seja incorporada e sejam estabelecidos acordos pelos grupos empresariais a ambientalização aparece como uma contraofensiva. As questões ambientais são internalizadas nos cálculos capitalistas sem abandonar a lógica produtivista que valoriza o esverdeamento da marca e sua legitimidade no mercado e na sociedade. São desqualificados os conflitos na apropriação dos territórios e reafirmada a imagem moderna, sustentável e ambientalmente justa do setor sucroenergético.

#### **1.5 - Uma discussão sobre a gestão socioambiental na Guiné-Bissau**

Farã Vaz problematiza duas perspectivas de conservação ambiental. Aquela proveniente das cosmovisões ancestrais existentes nas tabancas e uma segunda baseada na racionalidade dominante, produto da globalização e expandida por organizações não governamentais e o Estado. Nessa última, há uma relação

imperial na qual o Ocidente propõe como se relacionar com o meio ambiente e o Sul deve aplicar essas proposições. A concepção de conservação ambiental racional ignora sistematicamente as causas profundas da crise ambiental e determina, sobre as pessoas, políticas de conservação com o seu mito de separação entre a natureza e as pessoas. No texto, Farã enfatiza que as tabancas são forçadas a escutar e são pouco ouvidas levando a apagar traços de saberes ou práticas locais que suas populações possuem. O autor sugere uma perspectiva interdisciplinar para abordar a gestão ambiental e defende a necessidade de determinar zonas ambientais a partir da compreensão dos eixos culturais e modos de produção local - não deve ser reservada uma narrativa única, ancorada no racionalismo universal e isolada de saberes locais; mas também reconhece que apenas estes saberes locais seriam insuficientes. Portanto, o saber local e o saber técnico demandam novos pontos de diálogos, contextualizados.

### **1.6 – Temas recorrentes e questões para um diálogo**

Como se pode observar, neste eixo de agrupamento de artigos há, a presença de temas que vêm sendo enfatizados na literatura sobre conflitos: (in)justiça ambiental, racismo ambiental, processos de desterritorialização e reterritorialização decorrentes de assimetrias de poder entre atores locais e extralocais. São relatados casos exemplares de situações nas quais os conflitos produzem, como de praxe, exclusão e formas de resistência e adaptação de populações locais em situação de maior vulnerabilidade frente a estas forças exógenas ao território original.

Outro agrupamento temático traz contribuições que mostram, por sua vez, como algumas destas práticas que geram conflitos se fazem “por dentro” do léxico ambientalista, o que acaba por funcionar como uma tentativa de legitimação, algo que se expressa tanto nas tensões entre o Norte e o Sul global, como no discurso empresarial. Isso traz novas exigências tanto para a prática social, pois se décadas atrás a vinculação ao discurso ambientalista era mais identificada com a contestação ao modelo dominante e produção, como também ao mundo científico, pois talvez signifique a necessidade de um aprimoramento de ferramentas de análise para dar conta de diferenciações internas ao campo dos atores dominantes.

Algumas questões que podem ser úteis ao debate são: a) em que medida os processos de resistência e reterritorialização têm revelado novas estratégias e novos repertórios discursivos ou de mobilização por parte das populações mais afetadas por conflitos?; b) é possível identificar, nessas estratégias e repertórios, elementos que apareçam mais associados a um melhor (re)posicionamento desses grupos?; c) quais são as repercussões das adaptações discursivas de atores dominantes, incorporando critérios ambientais, para a heterogeneidade deste campo – é possível falar em tensões internas entre aqueles que aderem ao discurso ambiental, mesmo com práticas discutíveis ou condenáveis, e aqueles que resistem até mesmo a dialogar com essa agenda?; d) quais são as questões que permanecem em aberto para um aprofundamento ou eventual renovação do campo de estudos sobre conflitos socioambientais territoriais?

## **2 – Alternativas para o desenvolvimento territorial**

### **2.1 Desafios à exploração sustentável da sociobiodiversidade como vetor de desenvolvimento de territórios rurais no Brasil**

Carolina Galvanese, Fabio Grigoletto e Bruno Puga, analisando dois casos específicos localizados no bioma Mata Atlântica propõem um quadro analítico para compreender possibilidades e entraves para a consolidação da exploração sustentável da sociobiodiversidade. Para isso, referenciam três conjuntos de abordagens teóricas e políticas e assinalam as diversas racionalidades, objetivos e recomendações neles contidos. O primeiro encontra-se no grupo dos Arranjos Produtivos Locais (APL), exemplificado pelo APL para o aproveitamento da Juçara, no Vale do Ribeira. Entre os pontos de destaque assinalados pelos autores está o viés produtivista dessa abordagem, com ausência de formas de governança para sua implementação. Em decorrência, propõem considerar as características dos ambientes institucionais dos territórios e as heterogeneidades de estruturas, instituições locais e capital social que condicionam sua implementação. O segundo grupo corresponde aos Sistemas Agroalimentares considerados como arranjos territoriais conformados a partir das interdependências que os configuram e

exemplificados pelo fomento da produção da polpa de juçara ofertada na merenda escolar. No entanto, essa ação enfrenta dificuldades relacionadas a questões de assistência técnica, regulamentações e questões sanitárias envolvidas nessa produção que não são equacionadas por essa política de compras públicas. O último grupo apresentado pelos autores agrega abordagens que priorizam a conservação ambiental nas estratégias ligadas à sóciobiodiversidade, como o pagamento por serviços ambientais. Essa abordagem é exemplificada com o programa que valoriza certas práticas de manejo em detrimento de outras - Pró-Juçara da Fundação Florestal (SEMIL-SP). O questionamento centra-se na necessidade de ir além de instrumentos e incentivos puramente econômicos guiados pela ênfase exclusiva da conservação. Para tanto, os autores, apoiados em literatura sobre o tema, sugerem ações que envolvem, também, uma melhor compreensão da complexidade inerente às realidades locais em termos históricos, sociais e culturais. Por fim, o trabalho conclui convidando à construção de uma perspectiva analítica crítica que ajude na compreensão de que esses recursos da sociobiodiversidade são muito mais que simples ativos e vantagens comparativas prontas ao aproveitamento econômico. São elementos que compõem uma rede de relações sociais histórica e territorialmente situadas, cujo potencial de realização depende de mudanças institucionais e de intervenções robustas a elas direcionadas.

## **2.2- Parece mais uma história sobre queijo, mas é bem mais do que parece**

Neste artigo, Jorge Guimarães dos Santos Junior, Marja Zattoni Milano e Ademir Antonio Cazella, resgatam a história do Queijo Artesanal Serrano (QAS). Partindo da premissa que o Brasil é um país rico em sociobiodiversidade e recursos territoriais específicos enfatizam o acúmulo de produtos e serviços que materializam o sincretismo de saberes na culinária carregada de história e vinculada com o povo e o território. Uma evidência disso é o QAS. Na perspectiva de ilustrar os distintos tipos de famílias produtoras do QAS os autores caracterizam essa produção como: queijo selo, queijo informal e o queijo herança. Essa coexistência complexifica o sistema produtivo trazendo implicações para as estratégias de desenvolvimento rural sustentável. No primeiro caso, há uma Marca Coletiva Sabor Serrano que



regularizou cerca de 70 agroindústrias familiares. Apoiados em outros estudos, mostram como essa marca incorpora recursos territoriais e imateriais específicos como o saber-fazer. A informalidade na produção do QAS se deve, em parte, à incerteza da sucessão familiar que leva à pouca motivação para investir financeiramente na prática produtiva. E é o mercado informal que mantém a tradição, na qual as políticas que visam o desenvolvimento se ancoram. Por fim, ao se referir à herança, os autores indicam vários fatores que colocam em risco o saber-fazer do QAS como a dependência de insumos externos, novas tecnologias, a migração dos jovens, as exigências sanitárias. Segundo a pesquisa de campo, o QAS não gera tanto lucro em decorrência do enquadramento na legislação sanitária e o custo do cumprimento das exigências da legislação é, muitas vezes, impeditivo para a maioria das famílias agricultoras. Uma das conclusões da pesquisa é que o QAS não pode promover, sozinho, o desenvolvimento do território estudado, mas pode ser um caminho de visibilidade para outros recursos específicos e para a diversidade de atores sociais existentes.

### **2.3- Desafios para os sistemas agroflorestais (SAFS) no Vale do Paraíba Paulista: reflorestamento e geração de renda**

Renata Egidio de Carvalho, José Maria Gusman Ferraz, Antonio Carlos Pries Deive, descrevem no artigo a pesquisa realizada no marco da Rede Agroflorestal do Vale do Paraíba cujo objetivo foi avaliar as diferentes formas de implantação de Sistemas agroflorestais no Vale do Paraíba, os modelos utilizados e sua capacidade de conservar a biodiversidade, melhorar o ambiente e prover geração de renda com produtos da Mata Atlântica. Depois de ilustrar o debate com o percurso da degradação e restauração da Mata Atlântica no Vale do Paraíba, os autores apresentam dados resultantes de 71 questionários respondidos por pessoas que participam da Rede Agroflorestal. E, finalmente, concluem que os principais sujeitos envolvidos na produção agroflorestal são ligados à reforma agrária ou pessoas que desempenham diversas atividades econômicas, muitas vezes sem terem como principal fonte de renda a produção agroflorestal. Os sistemas agroflorestais são geralmente sistemas rentáveis, diversificam os alimentos que os agricultores

consumem, são um investimento de longo e curto prazo e o que custa é a transição agroflorestal, que leva tempo e que deve ser apoiada, principalmente nas condições de degradação que os agricultores encontraram o solo antes da implantação dos SAFs.

#### **2.4- Mercados imersos como promoção de desenvolvimento territorial: o caso do Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca**

A pesquisa desenvolvida por Camila Eduarda Viana, Fabiana Thome da Cruz e Valdir Frigo Denardin se localiza no Vale de Ribeira (SP), especificamente na comunidade Quilombola Ribeirão Grande, onde estudaram três grupos de venda de alimentos formados pelas mulheres desse quilombo. Para a análise, os autores mobilizam o conceito de mercados imersos e concluem que, nessa comunidade, tais mercados promovem a valorização e reprodução da cultura e da história do Quilombo, aumentam a renda das famílias e contribuem com a maior autonomia e protagonismo feminino, maior sustentabilidade ambiental e fortalecimento da agricultura familiar. Esses grupos de venda de alimentos surgem em 2015 graças ao apoio da ONG Sempre Viva Organização Feminista (SOF) e são dirigidos a grupos de consumo responsável em São Paulo (SP). A construção desses mercados tenta vencer as dificuldades para acessar mercados convencionais e, o arrefecimento dos mercados institucionais a partir de 2013, além dos entraves para se manter nos mercados de proximidade (entrega direta).

#### **2.5– Temas recorrentes e questões para um diálogo**

Neste segundo eixo de debates do GT, voltado à análise de alternativas de desenvolvimento territorial, os trabalhos apresentados se concentraram no exame dos alcances e limites de um conjunto de modalidades de uso econômico da natureza que deveriam significar, junto à viabilização de formas de renda para os agricultores e demais segmentos da população envolvida, a valorização do território e seus atributos. Chama a atenção a diversidade de categorias, tecnologias e

estratégias que são mobilizadas com esse intenso: de arranjos produtivos locais, passando por sistemas agroflorestais, marcas territoriais entre outros. Mas destaca-se, também, a recorrência de problemas e dificuldades apontados desde a emergência dessa literatura, mais de duas décadas atrás: a inadequação de instrumentos perante as características do tecido social local; o caráter limitado ou parcial dessas iniciativas em converter-se no principal vetor de desenvolvimento territorial (ambiçãõ controversa, por certo, mas muitas vezes presente na literatura).

Entre as questões que podem ser objeto de aprofundamento estão: a) para além do registro dos limites evidenciados pelos casos, seria possível identificar também fatores de êxito nas experiências analisadas?; b) a que se atribui a dificuldade em transformar a identificação desses fatores limitantes (e eventualmente também os de êxito), em inovações mais consistentes nos instrumentos de apoio a tais tipos de iniciativas?; c) quais são as questões que permanecem em aberto para um aprofundamento ou eventual renovação do campo de estudos sobre essas experimentações produtivas associadas à promoção do desenvolvimento territorial?

### **3 - Políticas públicas territoriais e regulação.**

#### **3.1 - O Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento rural, avanços e limites na Macrometrópole Paulista**

Luciana Travassos, Anna Kaiser Mori e Gabriel Machado Araújo debatem o papel do Plano Diretor como principal instrumento de planejamento territorial à disposição dos municípios. Depois de discutir o lugar do município no arranjo federativo brasileiro, o trabalho questiona a ausência de subsídios ou ferramentas no Plano Diretor e no Estatuto da Cidade para pensar o território rural dos municípios.

Essa questão é abordada pelos autores desde uma perspectiva conceitual e outra normativa. Para o primeiro caso, mencionando a literatura dos estudos rurais, indica a necessidade de entender o rural como uma das formas territoriais específicas da

vida social e, portanto, parte de um processo dinâmico que deve ser incorporado no processo de planejamento governamental. O segundo, de viés normativo, apresenta duas discussões: o alcance transformador dos instrumentos de ordenamento territorial e as condicionantes que afetam as diretrizes municipais para o território rural. Na segunda seção do artigo se faz uma leitura de 33 Planos Diretores de municípios da Macro Metrópole Paulista, escolhidos conforme critérios claramente especificados no texto, entre os quais se encontram os municípios classificados como de características marcadamente rurais e outros em situação intermediária (a terceira situação seria a dos grandes municípios, de características essencialmente urbanas, remetendo a tipologia cunhada por José Eli da Veiga duas décadas atrás e posteriormente revista também pelo IBGE). A partir dessa análise, entre outras conclusões, propõe-se a estruturação de um Estatuto do Território, por exemplo, que tivesse como função prioritária a articulação de níveis federativos, escalas territoriais e setores de atividade, considerando a grande riqueza representada pela heterogeneidade territorial brasileira, que se reproduz nas mais variadas escalas.

### **3.2- Justificações da adoção do enfoque territorial nas políticas públicas rurais: o protagonismo da Bahia**

Tendo como principal marco de análise a teoria das justificações, Carolina Schiesari e Paulo Eduardo Moruzzi Marques estudam a adoção da abordagem territorial pelo Brasil e, especificamente, pelo Governo do Estado da Bahia. Após resenhar a obra *A Justificação: sobre as economias da grandeza*, de Boltanski e Thévenot, o trabalho apresenta análise de discursos governamentais para identificar as bases de justificação e as formas de comprovação da adesão ao enfoque territorial. Dessa forma, assinalam que o combate à desigualdade social, à pobreza e à fome, enquanto prioridades de governo, estão inscritos na perspectiva de ordenamento cívico, conforme destacado no discurso de posse do primeiro mandato do Presidente Lula (2003). De igual forma, concluem que, no meio rural, pode-se dizer que a primeira forma com conotação de comprovação da justiça cívica foi a criação

da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), já no ano de 2003. A SDT foi incumbida de elaborar a primeira política territorial de desenvolvimento do país, o PRONAT, com dispositivos participativos, entendido como prova de verificação de vontade política cívica. De igual forma analisam o caso da Bahia e enfatizam que a vontade política e a sinergia dos governos federal e estadual em relação aos problemas comuns e o entendimento de que a ação coletiva e a participação social são fundamentais na gestão pública, principalmente para a promoção da inclusão social, favoreceram a implementação do enfoque territorial na Bahia. Este, por sua vez, ganhou mais força, a partir da legalização do uso dos Territórios de Identidade como referência para o planejamento do Estado. Na conclusão, os autores afirmam que, no mundo rural, como forma de comprovação do discurso orientado por esta ordem cívica de justiça, além da defesa de eleições democráticas, a implementação do enfoque territorial ocupa lugar de destaque como modalidade que pode permitir alcançar o interesse coletivo, tanto no nível nacional, como estadual.

### **3.3- Trajetória do desenvolvimento territorial da região Oeste do Paraná: colonização, modernização e ecologização da agricultura**

Karini Aparecida Scarpari e Alfio Brandenburg discutem os processos de desenvolvimento territorial no Oeste do Paraná descrevendo três momentos dessa trajetória que começa com a colonização, com a chegada das empresas madeireiras, segue a modernização agrícola, e chega até a ecologização da agricultura, processo que começa na década dos anos 1990 conforme relatado no texto, até os processos de transição ecológica do sistema agroalimentar territorial. Esse processo é liderado por um conjunto de organizações, públicas e privadas, estruturadas em redes que visam alternativas que ajudem a vencer os problemas gerados pela modernização agrícola e a construção da Hidrelétrica de Itaipu. A partir da análise feita e reconhecendo a importância da ecologização da agricultura no marco de uma proposta de desenvolvimento territorial sustentável, questionam essa perspectiva pelos desafios teóricos e empíricos que apresenta, sobretudo em relação à horizontalidade desses processos, a autonomia dos agricultores familiares

em decidir seu próprio sistema de produção e comercialização (principalmente nos territórios indígenas e nos assentamentos de reforma agrária).

### **3.4– Temas recorrentes e questões para um diálogo**

Neste terceiro e último agrupamento de textos há uma maior dispersão temática, enquanto nos anteriores houve maior recorrência ou convergência de temas. Um dos artigos aborda os instrumentos de planejamento municipal usualmente aplicados ao meio urbano, discutindo sua aplicação aos espaços rurais – algo que inova frente à tradição dos estudos rurais em concentrar a análise no exame de políticas explicitamente rurais. Outro dos artigos examina o importante caso do governo baiano, que hoje representa a mais longeva política de desenvolvimento territorial do Brasil e, possivelmente, da América Latina. E o terceiro, por sua vez, enfatiza uma trajetória de desenvolvimento territorial relevante.

Sobre este tema – das políticas de desenvolvimento territorial e das formas de regulação – chama a atenção o declínio dos estudos a isso dedicados, à esteira do desmonte deste tipo de iniciativas na esfera federal no decorrer dos últimos dez anos. Se por um lado se poderia argumentar que a não existência de programas e políticas territoriais na esfera federal é suficiente para se entender a perda de prestígio deste objeto de estudo; por outro lado isso significaria também uma heteronomia do campo dos estudos territoriais, que estaria sendo excessivamente guiado pelos ventos conjunturais do país? Ou isso seria indicativo de algo ainda mais profundo, a saber, o fracasso mesmo da retórica territorial como modelo para a organização de políticas públicas. Mas, se for esse o caso, como dialogar com a ênfase em aspectos territoriais trazidas pelos dois blocos de discussão anteriores?

Outras questões que podem ser postas para o debate sobre este tema são: a) uma eventual retomada de políticas territoriais poderia se basear em quais aprendizados da primeira geração, experimentada na primeira década deste século e continuada em casos isolados como no Piauí e na Bahia?; b) quais as possibilidades, as dificuldades e os caminhos para, como sugerido em um dos textos, aproximar

instrumentos de políticas territoriais urbanas das especificidades das áreas rurais?;

c) mesmo na ausência de políticas explicitamente territoriais, que lições a literatura das ciências sociais aplicadas ao rural podem ser oferecidas para se pensar o aprimoramento da dimensão territorial do regramento institucional e da regulação dos territórios no Brasil (que perpassam diferentes e variados instrumentos)?; d) que temas ou questões ainda permanecem em aberto e mereceriam maior atenção dos pesquisadores dedicados ao estudo das relações entre políticas públicas, regulação e territórios?

---